

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
RURAL - PLAGEDER**

**ANGEL T. MIRI**

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM  
IBIRAPUITÃ – RS**

**Camargo  
2011**

**ANGEL T. MIRI**

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM  
IBIRAPUITÃ – RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr.<sup>a</sup> Tatiana Engel Gerhardt  
Co-orientador: Antônio João Ferreira de Lima.

**Camargo**

**2011**

**ANGEL T. MIRI**

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM  
IBIRAPUITÃ – RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em Camargo, 30 de agosto de 2011.

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Tatiana Engel Gerhardt - orientador  
UFRGS

---

Prof. Irio Luiz Conti  
UFRGS

---

Profa. Dra. Gabriela Coelho de Souza  
UFRGS

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1.1 AGRICULTURA FAMILIAR</b> .....	9
<b>1.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL</b> .....	11
<b>1.2.1 Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA)</b> .....	11
<b>1.2.2 Soberania Alimentar</b> .....	12
<b>1.2.3 Políticas Públicas em SAN</b> .....	13
<b>1.3 PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</b> .....	14
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	20
<b>3.1 Tipo de Estudo</b> .....	20
<b>3.2 Campo de Estudo</b> .....	21
<b>3.3 População e Amostra</b> .....	21
<b>3.4 Coleta de Dados</b> .....	21
<b>3.5 Análise de Dados</b> .....	21
<b>3.6 Aspectos Éticos</b> .....	22
<b>4 PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM IBIRAPUITÃ</b> .....	23
<b>4.1 O ANDAMENTO DO PROGRAMA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM IBIRAPUITÃ A PARTIR DA LEI nº 11.947</b> .....	23
<b>4.2 DIFICULDADES E BARREIRAS QUE OS AGRICULTORES FAMILIARES DE IBIRAPUITÃ ENCONTRAM PARA COMERCIALIZAR A PRODUÇÃO PARA O PNAE</b> .....	27
<b>4.3 POTENCIALIDADES E BENEFÍCIOS QUE O PNAE PODE TRAZER AO MUNICÍPIO DE IBIRAPUITÃ-RS</b> .....	29
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	31
APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas semi-estruturadas á entidade/lideranças locais.	34
APÊNDICE B - Roteiro da entrevista semi-estruturada para agricultor familiar participante do PNAE.....	35
APÊNDICE C - Roteiro de entrevistas semi-estruturadas para agricultores familiares não-participante do PNAE.....	37

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Mapa Rio Grande Do Sul .....	16
Ilustração 2: fotos da propriedade que produz para o PNAE. ....	25
Ilustração 3: Foto das instalações agroindústria da Associação Agrovila .....	28
Ilustração 4: Fotos das instalações agroindústria. ....	28

## LISTA DE TABELA

Tabela 1: Dados Ascar-Emater Ibirapuitã-Rs .....	17
--	----

## **RESUMO**

Este trabalho tem como tema o Programa Nacional de Alimentação Escolar em Ibirapuitã, um estudo do andamento do programa a partir da nova Lei que exige a aquisição de no mínimo trinta por cento de alimentos oriundos da agricultura familiar do município de Ibirapuitã. Embora este tema seja componente de muitos estudos, ainda permanecem importantes lacunas, deste modo a pesquisa teve como objetivo contribuir na identificação das potencialidades, das dificuldades e barreiras das unidades de produção agrícola familiar da região de Ibirapuitã participarem do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Dessa forma, objetivou-se a verificar o andamento do programa no município ao mesmo tempo identificar as barreiras e dificuldades que estão impedindo agricultores familiares de entregar seus produtos para o PNAE e para complementar identificar os benefícios que o programa pode trazer para comunidade em geral.

Palavras - chave: Segurança Alimentar e Nutricional, Agricultura familiar e Programa Nacional da Alimentação Escolar.

## **RESUME**

This work has as its theme the National School Feeding in Ibirapuitã, a study of the progress of the program from the new law that requires the acquisition of at least thirty percent of food from family farms in the municipality of Ibirapuitã. Although this topic is a component of many studies, important gaps still remain, so the research aimed to contribute to the identification of potentials, the difficulties and barriers of family farm production units in the region of Ibirapuitã participate in the National School Feeding Program (PNAE). Thus, the aim is to check the progress of the program in the city at the same time identify the barriers and difficulties that are preventing farmers to deliver their products to complement PNAE and identify the benefits that the program can bring to the community at large.

Keywords - Keywords: Food Security, Agriculture and Family National School Feeding Program.

## 1 INTRODUÇÃO

A motivação por ter escolhido o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi por ser um tema que foi retomado a discussão recentemente, sendo um novo mercado para agricultura familiar, ao mesmo tempo promove a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

Diferentes modelos em vários lugares do país evidenciam que a compra da alimentação escolar diretamente do município pode gerar inúmeros benefícios para população local.

A escolha do município de Ibirapuitã-Rs foi por residir nele, sendo também que minhas formações de ensino fundamental e médio foram nas escolas inseridas no município, mas de certa forma também o que me despertou interesse foi pela dificuldade que o município vem encontrando para conseguir produtos da agricultura familiar para o programa da alimentação escolar. Deste modo, o objetivo geral da pesquisa foi identificar as potencialidades, dificuldades e barreiras das unidades de produção agrícola familiar da região de Ibirapuitã-Rs participarem do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A compra da alimentação escolar oriunda da agricultura familiar tem um grande papel na dinamização da economia, além disso, possibilita que os alunos das escolas públicas do município de Ibirapuitã consumam alimentos frescos e saudáveis, o que contribui com para o crescimento do município. Deste modo, gera renda que circula localmente, cria postos de trabalho e gera outras ocupações no setor rural, concretizando estruturas socioeconômicas e políticas. Sendo assim, um dos objetivos específicos foi verificar o andamento do Programa Nacional da Alimentação Escolar no município de Ibirapuitã.

A incorporação de alimentos localmente produzidos e fornecidos diretamente pela agricultura familiar aos cardápios das escolas, ajuda a fortalecer as relações da escola com as comunidades de seu entorno, constituindo-se, também, em um componente de uma ação pedagógica voltada à educação alimentar. Sendo que a aquisição de alimentos localmente produzidos pela agricultura familiar pode contribuir também para o desenvolvimento local e para a melhoria da arrecadação de verbas do município de Ibirapuitã. Para que isso venha acontecer no município o segundo objetivo específico foi identificar as dificuldades e barreiras que as unidades de



produção agrícola familiar do município encontram para participar do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Para que o PNAE possa ser desenvolvido de uma melhor forma no município o terceiro e ultimo objetivo específico foi identificar e explanar as potencialidades e benefícios que pode trazer para as unidades de produção agrícola familiar e para a comunidade em geral do município de Ibirapuitã-Rs.

Neste contexto atual, o meio rural está buscando a voltar-se para a agricultura familiar não só de subsistência, e sim na busca de novas oportunidades de trabalho e renda para a família, para manter um padrão de vida melhor, e diminuir com isso um pouco as desigualdades referentes à qualidade de vida dos agricultores, e conseqüentemente o êxodo rural, que se faz presente na região em estudo.

Através do contexto atual o problema de pesquisa será: quais as potencialidades e desafios das unidades de produção agrícola familiar do município de Ibirapuitã-Rs e as dificuldades de participar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?

## **1.1 AGRICULTURA FAMILIAR**

A importância da agricultura familiar começou a se destacar a partir dos anos 90. Atualmente, essa idéia constitui a questão de sustentação cotidiana entre planejadores de desenvolvimento rural e agricultores familiares inseridos na produção agrícola.

No conceito sobre a agricultura familiar brasileira atual, podemos dizer que “guarda ainda muito de seus traços camponeses, tendo ainda que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições de modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças” (MAIA 2009, p. 80 apud WANDERLEY 1999).

Segundo Maia (2009) apesar da agricultura familiar exercer um desempenho importante na segurança alimentar e promover um desenvolvimento sustentável quando há políticas direcionadas ao seu fortalecimento, mesmo assim, o estado através da história tem visão secundária sobre a agricultura familiar.

Mas, no entanto, a partir de 1996 com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), através de políticas públicas voltadas para o atendimento dos pequenos produtores familiares, por meio de programas de assistência técnica e extensão rural a agricultura familiar ganhou um novo

impulso. É essa agricultura familiar que gera emprego e renda no meio urbano e potencializa o desenvolvimento local/regional.

O aumento da miséria, da violência e da insegurança no meio urbano fez com que também aumentasse o apoio da sociedade urbana às políticas de valorização do meio rural. O Programa Nacional da Agricultura Familiar surgiu em 1996, graças à luta dos trabalhadores familiares por uma política pública específica e diferenciada para a agricultura familiar.

Deste modo para amparar os pequenos agricultores familiares foi criada a “Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (Lei nº 11.326), sendo que a lei foi adotada para delimitar e caracterizar o grupo social de agricultores familiares, assim criando políticas públicas específicas para o grupo. Para o êxito dessas políticas é indispensável que elas abranjam estruturas operacionais, constituídas pelos governos centrais.

Analisando a linha infra-estrutura do PRONAF, através das políticas públicas descentralizadas, que se volta a grupos sociais mais empobrecidos é impossível ter-se sucesso, caso as mesmas não contenham alguns pressupostos operacionais em sua ação, tais como a presença de funcionários públicos dos governos centrais, que cumpram uma função de autonomia inserida ao nível local, e que a coordenação dos conselhos de gestão dessas políticas não sejam exercida pelos representantes dos governos locais.

Segundo Menegetti (2011), a integração da agricultura familiar à agroindústria possui um significado que vai além da questão quantitativa (comprar, produzir e vender mais). Ela traz consigo transformações estruturais profundas (de produção, comercialização e nas relações econômicas e sociais entre agentes das cadeias). A concepção “econômica” do desenvolvimento sustentável é o reconhecimento de que os recursos são limitados e que o desenvolvimento deve trilhar um caminho de maior justiça social.

O PRONAF atua com eixo de crédito rural, infra-estrutura e serviços aos municípios, assistência técnica e extensão rural, capacitação e pesquisa.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar financia projetos individuais ou coletivos, que geram renda aos agricultores familiares. O

programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

Como podemos ver os subsídios do PRONAF permitiram ampliar as capacidades de geração de renda das populações rurais do Brasil. Sendo que, a oferta do crédito rural, através do programa fortaleceu e estimulou a agricultura familiar. Para os pequenos trabalhadores rurais, esse crédito e as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) representou uma alternativa para a permanência no campo.

## **1.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

A Segurança Alimentar e Nutricional representa a produção de alimentos sustentável de um país, dirigido por políticas públicas que em conjunto com governo e sociedade civil, prioriza a busca do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) que institui o acesso físico e econômico de todas as populações aos alimentos, como um direito humano fundamental para garantir a dignidade humana, e a Soberania Alimentar (SA) que destaca a importância da autodeterminação política e econômica de cada país, cada povo e cada território na definição dominante de seus sistemas alimentares de acordo com seus hábitos e tradições culturais.

No entanto, conforme Maluf (2000) evidencia SAN como um contexto de fatores necessários para que seja efetivamente garantido o acesso aos alimentos de qualidade, quantidade suficiente e constante. Bem como, respeitar as identidades ambientais, culturais os fatores econômicos, sociais e regionais, não comprometendo o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis.

### **1.2.1 Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA)**

Acesso permanente a alimentação de qualidade e em quantidade é um direito de todo cidadão que deve ser assegurado pelo Estado e pela sociedade.

O direito a alimentação adequada é um direito de todo ser humano e não deve ficar restrito ao ato de saciar a fome e eliminar a desnutrição, pois isto é o mínimo que o Estado e a sociedade devem oferecer a todo ser humano. O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é previsto em tratados internacionais de Direitos

Humanos, a exemplo do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC).

No Brasil, conforme a (Lei nº 11.346/2006) Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN define o Direito Humano à Alimentação Adequada como o direito de acesso igual e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares que promovem a saúde, que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável.

O autor Valente define o Direito Humano a Alimentação Adequada como:

“A realização do direito humano a alimentação adequada depende de muito mais do que da simples disponibilidade de alimentos, mesmo que saudáveis. Depende do respeito a práticas e hábitos alimentares, do estado de saúde das pessoas, da prestação de cuidados especiais a grupos humanos social e biologicamente vulneráveis (crianças, gestantes, idosos, portadores de necessidades especiais, entre outros) e de estar inserido em um processo de construção de a capacidade de todo ser humano de alimentar e nutrir a si próprio e a sua família, com dignidade, a partir do seu trabalho no campo ou na cidade.” (Valente, 2003, p. 4)

### **1.2.2 Soberania Alimentar**

Conforme Conti (2009) destaca que a Soberania Alimentar incide no direito de todos os povos participarem das decisões políticas de seu país no que se refere à produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos, a fim de que toda a cadeia alimentar esteja em sintonia com os princípios e diretrizes dos direitos humanos de cada povo, num profundo respeito à diversidade cultural e diferentes modos de vida.

Deste modo, entende-se que a Soberania Alimentar está vinculada a capacidade de produção de alimentos de um país, uma região, livre de qualquer pressão ou desigualdade. Tendo o poder de decidir quais alimentos produzir e consumir, respeitando a cultura, a diversidade da região e as políticas construídas para este fim.

Além disso, Conti (2009) destaca que a soberania alimentar está relacionada às relações econômicas e ao comércio internacional, regulados pelos Estados para garantir o equilíbrio da produção e abastecimento de cada país. Isso porque, um desequilíbrio do sistema alimentar pode afetar os hábitos alimentares da população tornando-os culturalmente inadequados para a região. O reflexo ocorre na

organização das sociedades, visto que as tradições e práticas alimentares se estabelecem num de seus patrimônios culturais, favorecendo o reconhecimento de ser integrantes do mesmo grupo.

### **1.2.3 Políticas Públicas em SAN**

As políticas públicas são ações governamentais, que demandam a intervenção do Estado, tanto na sua formulação quanto em sua implementação e avaliação.

Conforme Maluf e Menezes (2000) as políticas em SAN acontecem através de um conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo a nutrição e a saúde. Deve ser sustentável, ou, seja, desenvolver-se articulando condições que permitam sua manutenção em longo prazo. Requer o envolvimento tanto do governo quanto da sociedade civil organizada, em seus diferentes setores ou áreas de ação.

Conforme Conti (2009), para combater a Insegurança Alimentar e Nutricional Nacional na qual, foram criados basicamente os principais programas que estados e prefeituras podem aderir sendo: PAA (Programa de aquisição de Alimentos); PCC (Programa de cozinha comunitária); PRP (Programa de Restaurantes Populares); PBA (Programa bancos de alimentos); Programa cisternas; Programa de agricultura Urbana; Programa do leite; Feiras e Mercado Populares; Consorcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento (CONSAD); Educação Alimentar Nutricional; Distribuição de alimentos Grupo específicos; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Territórios de Cidadania; Programa Bolsa Família.

Os municípios ocupam um papel de extrema importância na aplicação desses programas e devem vir juntamente com as leis federais e estaduais a fim de reconstituir e dar condições e estruturas para buscar e aplicar juntamente com as populações e sociedade civil esses programas.

As políticas públicas em segurança alimentar e nutricional demonstram o conjunto de fatores necessários para que seja efetivamente garantido o acesso aos alimentos de qualidade, quantidade suficiente e constante. Assim como respeitando as identidades ambientais, culturais os fatores econômicos, sociais e regionais, não

comprometendo o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis.

### 1.3 PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

No âmbito da alimentação escolar Rebrae (2009), destaca que no Brasil o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foi implantado há mais de 54 anos, sendo a primeira ação pública formal nesse âmbito. Foi instituído tendo em vista atender estudantes carentes da Região Nordeste, logo após passou a nível nacional, com a oferta de alimentos aos alunos matriculados nas escolas públicas brasileiras, tendo como objetivo “garantir o atendimento de suas necessidades nutricionais contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promovendo a formação de hábitos alimentares saudáveis”. (Rebrae, 2009, p. 02).

De modo recente, a inovação na normatização do Programa Nacional de Alimentação Escolar, veio para aperfeiçoar ao contexto atual da sociedade brasileira, sendo editado a MP 455 de 2009 e, posteriormente transformado na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 que, em meio às transformações amplia a alimentação escolar aos estudantes da educação básica, abrangendo o ensino médio e educação de jovens e adultos da rede pública.

Com ênfase nas transformações trazidas pela Lei nº 11.497/2009 Rebrae (2009) destaca a importância da proposta da utilização de alimentos que respeitem a cultura e os hábitos alimentares de cada região atendida pelo PNAE; também a introdução da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, enfim, o apoio à aquisição de gêneros alimentícios produzidos localmente pela agricultura familiar e pelos agricultores familiares, dando prioridade às comunidades tradicionais.

No caso dos 30% do valor repassado pelo FNDE destinados a produtos da agricultura familiar, o processo licitatório pode ser dispensado, como disposto no artigo 14, pois abre um precedente histórico para o fornecedor caracterizado como *agricultor familiar*, desde que os preços encontram-se compatíveis com os praticados no mercado local e os alimentos atendam a exigências de controle de qualidade.

Conforme Triches e Schneider (2010), as aquisições públicas alimentares para o PNAE surgem como potenciais que aproximam os produtos da agricultura familiar e o

consumo de alimentos, colaborando para uma reconexão das cadeias alimentares e tornando uma relação mais estreita entre campo e cidade.

Ao mesmo tempo a agricultura familiar leva mais qualidade à alimentação escolar, dentre os benefícios estão à melhoria na qualidade dos alimentos consumidos nas escolas e também impulsionando o desenvolvimento da agricultura familiar local.

Através desse ponto de vista o Estado ganha força por meio das iniciativas assim como a Medida Provisória nº 455 de 21/01/2009, passando a ter forma de lei em 16 de junho do mesmo ano – Lei nº 11.947, sendo regulamentado um mês após pela resolução nº 38. Essa Lei ampara a agricultura familiar, conforme o Art. 14:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009)

Sendo que, o orçamento do programa para 2011 repassados pelo FNDE é de R\$3,1 bilhões, para beneficiar 45,6 milhões de alunos. Conforme a Lei é obrigatória a utilização de 30% desse valor, ou seja, R\$ 930 milhões devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico das comunidades rurais.

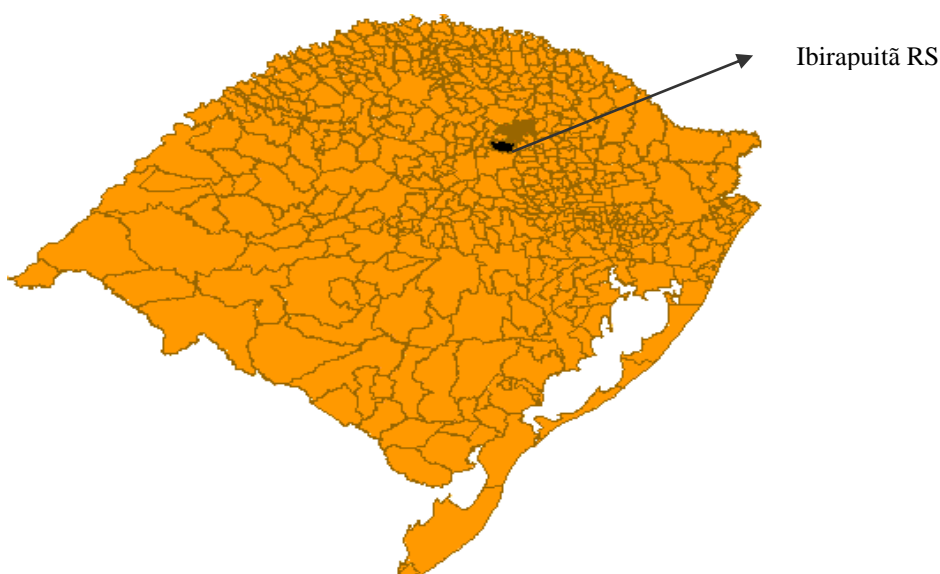
A inserção da agricultura familiar na alimentação escolar vem como um meio de estimular o desenvolvimento local, ao mesmo tempo valorizando as culturas alimentícias locais, além disso, levando alimentos com mais qualidade e sabor a mesa dos alunos. Ao contrario disso são os alimentos adquiridos em uma distancia maior, o produto não chegará com a mesma qualidade.

A aquisição de gêneros alimentícios é realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. Quando o fornecimento não puder ser feito localmente, as escolas poderão complementar a demanda entre agricultores da região, território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade.

## 2 CARACTERIZAÇÕES DO MUNICÍPIO DE IBIRAPUITÃ-RS

A caracterização do município de Ibirapuitã foi obtida parte através de conhecimento por residir a vários anos no município, outra parte foi extraída de entrevistas com entidades/lideranças locais, para complementar foram usados alguns dados retirados do site da prefeitura do município de Ibirapuitã.

O município de Ibirapuitã está localizado no estado do Rio Grande do Sul a 199,78 quilômetros da capital Porto Alegre, com altitude de 641 metros, possuindo uma área total de 297,7km<sup>2</sup>, destes 279,7km<sup>2</sup> área rural e 18km<sup>2</sup> área urbana. Pertencente da mesorregião do Noroeste Rio-Grandense e a Corede do Alto da Serra do Botucaraí, fazendo limites ao norte: Marau, Ernestina e Nicolau Vergueiro; ao sul: Soledade; a leste: Marau e Soledade; a oeste: Tio Hugo.



**Ilustração 1: Mapa Rio Grande Do Sul, município de Ibirapuitã (fonte IBGE).**

A região do município é formada pelo bioma da Mata Atlântica, com florestas ombrófila mista e campos de cima da serra, deste modo possibilita o desenvolvimento de várias atividades agropecuárias devido as suas condições geográficas, como o relevo, o solo, o clima, entre outras. Essa diversidade contribui para o desenvolvimento da agricultura familiar possibilitando um maior desenvolvimento local do meio urbano, uma vez que ambos estão inter-relacionados.



O município possui um total de 4.061 habitantes, sendo que 1.670 vivem no meio rural e 2.391 em área urbana (censo 2010). Densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>) 13,23.

A história do município surgiu com o primeiro núcleo de povoamento em 1926 com a abertura da estrada que ligava Soledade a Passo Fundo. Em 28 de novembro de 1928, foi decretado como 11º distrito de Soledade. Os primeiros moradores foram os senhores: Sebastião José de Chaves, e Cristiano Dipp. Sendo que o professor da localidade Sr. Cristiano Dipp, foi quem escolheu o nome da localidade de Ibirapuitã, sendo que a palavra é de origem indígena e é formado de três palavras indígenas: Ig – rio ou arroio, Imbira – madeira e Puitã – Vermelha. Etimologicamente, Ibirapuitã significa "Arroio da madeira Vermelha".

Ibirapuitã pertencia ao município de Soledade, sendo o terceiro Distrito. A conquista da emancipação teve início em 1977. Em 20 de setembro de 1987, realizou-se o plebiscito em Ibirapuitã, o qual teve a maioria de votos favorável à emancipação. A criação do novo município se deu com a lei nº 8486 de 15 de dezembro de 1987.

A população do município tem sua origem étnica assim constituída: 40% da população de italianos, 30% alemães e 30% de Luso brasileiro. Atualmente o município cultua as tradições gaúchas, possui um CTG (Centro de Tradições Gaúchas) denominado Seiva Pampeana, com sede própria para seus eventos.

Ibirapuitã se baseia economicamente na agricultura, sendo esta que mais gera renda, destacando principalmente as culturas de soja, milho e trigo, também possui as atividades avicultura de corte com dez galpões e postura com três galpões, bovinocultura de leite, piscicultura com dezoito produtores e apicultura com oito produtores. Outra atividade é a fumicultura. Porém o fumo vem sendo substituído por outras atividades, hoje há apenas cinco produtores, pois seu cultivo requer uso abusivo de defensivos agrícolas que são prejudiciais a saúde dos produtores.

#### **Porcentagem econômica de produtos do município de Ibirapuitã-Rs**

<b>Ano</b>	<b>Produto</b>	<b>Porcentagem</b>
2010	Grãos	80,78
	Frango	13,28
	Leite	5,94

**Tabela 1: Dados Ascar-Emater Ibirapuitã-Rs**

Outra atividade que tem importância no município é a fabricação de tijolos, em vista de que existem no município nove olarias em atividade e envolvem um número significativo de pessoas. Esta atividade se caracteriza pela mão-de-obra familiar com um complemento de mão-de-obra contratada.

O município também possui a atividade florestal está baseada na cultura do Eucalipto, através do aproveitamento de terras impróprias para a agricultura e promove a oferta de lenha para o município e região, bem como gera matéria-prima para serrarias e outras unidades de beneficiamento de madeira.

O município busca o desenvolvimento regional através do fortalecimento da agricultura familiar, para esse desafio conta com o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), com a EMATER e Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente que trabalham em conjunto buscando políticas públicas para o setor, e também buscam desenvolver projetos e dar assistência para os agricultores, deste modo visam incentivar à continuidade dos jovens no campo fator muito importante para que não gere êxodo rural no município.

O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é uma das importantes políticas para o meio rural de abrangência nacional nasceu em 1996 através do Decreto nº. 1.946 do governo federal. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais. O acesso ao Pronaf se dá pela necessidade do crédito pela família rural, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura. Mas para obtê-lo, o agricultor familiar deve se dirigir a um órgão ou entidade credenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e fazer a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas.

Os recursos do Pronaf são oriundos do Banco Nacional De Desenvolvimento Social (BNDES) o qual repassa esses valores aos bancos financiadores e esses os concedem na forma de linha de crédito aos agricultores, no município de Ibirapuitã podem ser acessados pela agência do Sicredi e Banrisul que estão presentes na cidade, também podem se acessadas pela agência do Banco do Brasil localizada no município de Soledade. De fato, o que muda de um banco para outro é o prazo de carência (que depende da atividade econômica financiada) e a porcentagem de financiamento (70%,

90%, 100% da atividade financiada). A taxa de juros varia de acordo com o valor financiado.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar atende toda a rede de ensino no município de Ibirapuitã, que é composta por sete escolas partindo da educação infantil até ensino médio, atendendo um total de 954 alunos.

A insegurança alimentar e nutricional normalmente esta associada com a pobreza fome e desnutrição. Conforme Conti (2009) o que existe no Brasil é a má distribuição de renda, na qual varias pessoas não possuem acesso adequado aos alimentos acarretando assim uma insegurança alimentar e nutricional. Uma alternativa para o combate a SAN se dá pela ação firme do estado com participação ativa de toda a sociedade civil. Entretanto uma descentralização das ações tornando o município, as ações públicas locais poderão de certa forma ser mais efetivo no combate a insegurança alimentar e nutricional.

Deste modo, além do programa da alimentação escolar o município de Ibirapuitã também possui outros programas sociais que visam reduzir os índices de desnutrição e da má alimentação que atingem a população. O poder executivo municipal, principalmente através da secretaria de assistência social procura coordenar alguns programas tanto federais, como estaduais e também municipais. Um dos programas que é gerenciado no município por esta secretaria, e que tem ajudado a reduzir nas famílias mais carentes a dificuldade de adquirir alimentos, é a bolsa família.

A Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficiam famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. (MDS, 2011)

Conforme secretaria da agricultura do município existem em torno de 100 famílias que necessitam de ajuda para adquirirem alimentos, pois estão em situação de extrema pobreza.

### 3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para abordar as questões da pesquisa incluem tipo de estudo com uma abordagem qualitativa. O campo de estudo é o município de Ibirapuitã-Rs, já a população e amostra são entidades/lideranças locais e agricultores familiares, para coleta de dados foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas, respeitando os procedimentos éticos, pois a pesquisa envolveu seres humanos. Para analisar os dados foi feito o cruzamento das entrevistas com os textos.

#### 3.1 Tipo de Estudo

O trabalho de conclusão de curso partiu de uma pesquisa com abordagem qualitativa, conforme Gerhardt e Silveira (2009) os pesquisadores que fazem o uso da metodologia qualitativa buscam esclarecer os fatos, enunciando o que convém ser feito, porém não enumeram os valores e as trocas simbólicas nem se sujeitam a prova de fatos.

Deste modo a abordagem da pesquisa qualitativa não prioriza dados quantitativos em valores e fatores numéricos. Segundo Gerhardt e Silveira:

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (GERHARDT e SILVEIRA 2009, p.32 apud MINAYO 2001).

Quanto à natureza foi através de pesquisa aplicada envolvendo versões, verdades e interesses locais, já para atingir os objetivos foi utilizada uma pesquisa exploratória utilizando entrevistas com pessoas que tinham conhecimento ou estavam envolvidas de alguma forma com o problema pesquisado.

Para obter os dados foram usados dois procedimentos, sendo pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo do tipo *ex-post-facto*, ou seja, para identificar junto às produtores familiares e responsáveis pelas entidades públicas do município de Ibirapuitã as potencialidades, as dificuldades e barreiras para participarem do programa da alimentação escolar. Sendo que “a metodologia vai além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa), indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo” (Gerhardt e Silveira, 2009, p.13).

### **3.2 Campo de Estudo**

A pesquisa foi realizada no município de Ibirapuitã, com embasamento na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente; no Sindicato Dos Trabalhadores Rurais (STR), na Emater-ASCAR e na agricultura familiar.

### **3.3 População e Amostra**

A seguinte pesquisa foi realizada no município de Ibirapuitã, a partir de entrevistas com um representante da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, com um representante da Emater-ASCAR, com um representante do Sindicato Dos Trabalhadores Rurais (STR), com o agricultor familiar que fornece alimentos para merenda escolar e quatro agricultores com atividades diversificadas da agricultura familiar.

Para escolher que os representantes e responsáveis com precisão, foi utilizado o critério de que tivessem alguma participação do programa da alimentação escolar ou da agricultura familiar do município de Ibirapuitã para obter respostas aos objetivos da pesquisa. Sendo que os atores sociais entrevistados serão caracterizados por letras que indicarão o grupo que pertencem, sendo: “A” para representantes entidades/lideranças locais, “B” para agricultor participante do PNAE e “C” para agricultores não participantes.

### **3.4 Coleta de Dados**

A coleta de dados buscou informações através de entrevistas concebidas pelos atores sociais acima mencionados. Para tal coleta foi realizado entrevistas semi-estruturadas sobre o tema que está em estudo, sendo que os atores manifestaram-se livremente sobre o assunto, expondo seus conhecimentos. Para demais informações serão utilizados instrumentos de pesquisa bibliográfica através de textos, documentos e artigos.

### **3.5 Análise de Dados**

Para análise dos dados foi realizado um estudo do conteúdo iniciando pela leitura das falas, realizada por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos; delimitando e enunciando fatores importantes para elaboração da monografia. Logo após será realizado uma comparação relacionando os dados do conteúdo enunciado por meio de reciprocidade.

### **3.6 Aspectos Éticos**

A pesquisa realizada procurou identificar as dificuldades e barreiras das unidades de produção agrícola familiar do município de Ibirapuitã participarem do Programa Nacional de Alimentação Escolar e também as potencialidades e benefícios que o programa pode trazer para comunidade em geral, sendo que a pesquisa deverá estar comprometida com a veracidade das informações, deste modo foi possível através da coleta de dados nas propriedades da agricultura familiar e entidades ligadas a esse meio evidenciar a realidade empírica deste meio.

Para coleta de dados foi utilizado entrevistas semi-estruturada, sendo preservada a identidade dos atores entrevistados e também preservados possíveis dados confidenciais.

#### **4 PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM IBIRAPUITÃ**

O município dispõe de uma rede de ensino com sete escolas, uma escola estadual situada na cidade, que atende um total de 354 alunos, sendo 184 de Ensino Fundamental e 170 de Ensino Médio, e também seis escolas municipais, localizadas três no interior e três na cidade, atendendo um total de 600 alunos, sendo 100 de Educação Infantil e 500 de Ensino Fundamental.

Todas as escolas são atendidas pelo PNAE, no entanto, o cumprimento do programa nas escolas é fiscalizado pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE), formado por sete membros da sociedade civil e do governo que tem a função de acompanhar todo o processo de organização e aplicação de recursos para este programa. O CAE deve estar presente em todos os municípios e ser assim constituído; um representante do poder Executivo, um representante do poder Legislativo, dois representantes dos professores, dois representantes de pais de alunos, indicados formalmente pelos conselhos escolares, associações de pais e mestres ou entidades similares, um representante de outro segmento da sociedade civil, indicado formalmente pelo segmento representado.

Mas com a nova Lei Federal nº 11.947/2009, regulamentada pela Resolução do FNDE nº 38/2009, que estabelecem regras exclusivas para a alimentação escolar dos alunos da rede pública no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, utilizando gêneros da agricultura familiar.

Porem na aplicação das normativas referidas constatou-se que o município de Ibirapuitã enfrenta dificuldades, deste modo através da pesquisa realizada será demonstrado como está o andamento do programa com a nova lei que exige a inserção de alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar, apresentando as dificuldades que os produtores familiares encontram para comercializar seus produtos para o programa PNAE e os benefícios que o programa pode trazer para o município de Ibirapuitã.

##### **4.1 O ANDAMENTO DO PROGRAMA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM IBIRAPUITÃ A PARTIR DA LEI nº 11.947.**

A partir da nova lei nº 11.947 que exige a compra de no mínimo 30% de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar nas redes de ensino públicas,

no início do ano de 2010 o município elaborou projetos para atender as novas exigências do programa, deste modo, foram buscados agricultores familiares interessados em entregar seus produtos para o programa da merenda escolar.

“Apenas um produtor mostrou interesse em entregar seus produtos para a merenda escolar, então em conjunto com Emater, nutricionista e produtor foi elaborado um projeto que consta quantidades de produtos e datas para o agricultor entregar seus produtos. O projeto é reelaborado a cada três meses. Neste ano foi feito o mesmo processo de busca de produtos da agricultura familiar, mas não conseguimos aumentar o número de produtores, eles encontram dificuldades em se adaptar as datas de entregas dos produtos e reclamam das quantidades dos produtos serem pequenas, por isso mostram desinteresse”. Grupo A (L. P.)

Já o único produtor familiar que faz a entrega de parte de sua produção para o PNAE revela sua história como tudo teve início.

“Comecei quando comprei uma área de três hectares há cinco anos, naquela época era uma lavoura tomada de erosão, uma terra que não produzia nada. Para pagar a terra trabalhei como pedreiro e minha mulher começou com a horta, só depois que paguei a terra passei a ajudar na horta. Com muito trabalho nesses cinco anos, hoje tenho uma casa, galpão para armazenagem e embalagem dos produtos, estufas, balança digital, ferramentas para horta e uma caminhonete para transportar a produção”. Grupo B (J. P. B. C.)

Toda essa estrutura foi sendo obtida ao longo dos cinco anos com os lucros da atividade. Para comprar as terras o produtor fez financiamento e trabalhou de pedreiro até pagar. Hoje a mão de obra disponível é do casal, e um empregado contratado com carteira assinada, sendo que tem quatro filhas, porém todas trabalham na cidade, possuem formação acadêmica em áreas distintas, mas nem uma tem interesse em seguir o trabalho dos pais, pois já tem suas profissões.

O conhecimento para cultivo da horta foi adquirido ao longo dos anos, sendo que as tradições e conhecimentos da terra são passados de geração em geração, também o casal buscou participar de cursos, o agricultor relata que:

“Muito tempo antes de começar com a horta eu já assistia ao programa globo rural transmitido pela rede globo aos domingos, dali tirei muitos dos conhecimentos que tenho hoje. Mas o maior aprendizado foi trabalhando com a terra, a cada plantio a gente vai melhorando as técnicas de cultivar a terra”. Grupo B (J. P. B. C.)

A propriedade é diversificada, possui atividade de piscicultura, também possui criação de ovelhas e cabritos. Mas as principais atividades que é feito o plantio em



quantidades maiores para a venda são as hortaliças, vegetais e cereais. Ainda dispõe de um pomar diversificado e uma plantação de cana-de-açúcar.

A gente planta um pouco de tudo, na horta plantamos moranga, abóbora, mandioca, batata-doce, couve-flor, brócolis, rabanete, beterraba, chuchu, vagem, ervilha, milho verde, feijão, tomate, alfaces, cenoura, chicórias, repolho, pimentão e temperos verdes. Também plantamos um pomar que está crescendo, mas já estamos colhendo os frutos, temos laranja, bergamota, pêssego, araçá, pitangas, uva, maracujá, abacate, mamão, banana [...], também plantamos a cana-de-açúcar para fazer o melado. Grupo B (J. P. B. C.)

A propriedade dispõe de recursos naturais, possuindo duas nascentes preservadas, sendo que a água é utilizada para o açude e para irrigação da horta. Já a água da casa é da rede pública. Outro aspecto muito importante foi o plantio de várias espécies de árvores nativas fazendo barreiras para controlar a erosão.



**Ilustração 2: fotos da propriedade que produz para o PNAE.**

A comercialização dos produtos acontece levando o produto na casa do cliente, com dias certos para passar, porém apenas na cidade de Ibirapuitã, pois não possui licença para vender fora do município.

“Todas as quinta-feira à tarde e sexta-feira o dia todo faço os bairros e no sábado de manhã faço o centro, passo de casa em casa, hoje tenho cerca de 160 clientes. Os produtos que levo são limpos e frescos já embalados e pesados em tamanhos diferentes para atender bem todas as famílias, as grandes e as pequenas”. Grupo B (J. P. B. C.)

Para o PNAE são entregues em torno de 370 quilos de produtos por mês, sendo que o produtor faz a entrega na secretaria da educação que se responsabiliza pela distribuição dos produtos para as escolas municipais e a estadual.

Iniciamos ano passado entregando alguns de nossos produtos para a merenda escolar, deu certo, então esse ano aumentamos a produção e estamos entregando mais variedades de produtos e em maior quantidade [...], recebemos um preço bom e justo pelos produtos e ficamos contentes em poder entregar nossos produtos para merenda escolar. Grupo B (J. P. B. C.)

A família está satisfeita com a atividade, pois os rendimentos econômicos variam em torno de R\$ 4.000,00 a 5.000,00 por mês bruto, os custos operacionais e insumos ficam em torno de 40%, ou seja, 60% das vendas é lucro, esse valor é utilizado para custear as despesas da família e o restante é investido na propriedade.

As dificuldades hoje para o produtor é de encontrar mão-de-obra, isso acaba limitando o aumento da produção. Também possui algumas barreiras, pois não tem licença para vender fora do município e quanto à comercialização de produtos de origem animal não é possível, pois o município não possui o serviço de inspeção municipal.

O funcionário que tenho é bom trabalhador, mas é único [...] existem várias pessoas desempregadas na cidade, mas quando você fala que têm que trabalhar com a terra, as pessoas se recusam, ninguém mais se interessa em trabalhar com a terra por exigir muito suor e trabalho. Grupo B (J. P. B. C.)

Mas dificuldades são poucas comparando com as potencialidades que a propriedade possui, pois é o único produtor que está conseguindo entregar para o PNAE, ou seja, que conseguiu adaptar sua produção as datas que o programa da alimentação escolar estipula. Outro ponto positivo é que os custos de produção são baixos, pois apenas tem que custear as sementes e adubação, a irrigação não tem custos, a água tem pressão pelo desnível, outro aspecto bom não há necessidade de grandes números de estufas no inverno, pois as geadas são raras.

Percebe-se que a atividade de hortifrutigranjeiros é uma alternativa que leva soberania alimentar as famílias que consomem os produtos, do mesmo modo, garante a segurança alimentar e nutricional, proporcionando uma alimentação mais saudável aos alunos da rede de ensino do município. No caso da família do produtor garante a qualidade de vida. É uma propriedade diversificada e sustentável.

Também é perceptível a satisfação do produtor e sua esposa em cultivar hortifrutigranjeiros, pois são produtos que usam o mínimo possível de defensivos agrícolas, garantindo à preservação do meio ambiente e os seus benefícios em relação à saúde.

#### **4.2 DIFICULDADES E BARREIRAS QUE OS AGRICULTORES FAMILIARES DE IBIRAPUITÃ ENCONTRAM PARA COMERCIALIZAR A PRODUÇÃO PARA O PNAE.**

O município de Ibirapuitã não possui o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), assim forma-se uma barreira para comercialização de produtos de origem animal dentro do município, inclusive para a merenda escolar.

Mantenho a produção de mel a mais de 25 anos, comecei com algumas colméias e há quatro anos fiz vários cursos através da Emater do município na fazenda Tarumã em Soledade, então aprendi novas tecnologias e manejos para lidar melhor com as colméias, fiz mais caixas e aumentei as colméias para 60 [...], no ano passado colhi 500 quilos de mel a extração faço na propriedade mesmo, a casa da extração fica a 10 quilômetros, mas achei melhor comprar uma centrifuga elétrica para fazer a extração do mel em casa mesmo. Grupo C (J. V. M.)

O município possui uma casa de extração do mel com todos os equipamentos necessários, também foi formado um grupo de seis apicultores para uso da casa, mas hoje apenas três estão em atividade devido à dificuldade de comercializar. Mas os produtores do município fazem a comercialização na propriedade mesmo, sendo que o município não possui o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), que assegura a qualidade, a higiene e o estado de conservação dos alimentos e que possibilita a comercialização de produto de origem animal, esta é barreira para comercialização do mel dentro do município, e também pela falta do serviço não está apto para ser fornecido para a merenda escolar.

Os agricultores têm dificuldades em organizarem-se para entregar seus produtos para o PNAE, essas dificuldades vêm por causa da inexperiência e por questões culturais que influenciam negativamente para negociações, pois os produtores não conseguem se organizar em grupos para um melhor planejamento de sua produção. Grupo A (L. P.)

Um exemplo no município foram oito atores sociais que adquiriram através do Banco da Terra três hectares cada um, deste modo esses agricultores familiares formaram a Associação Agrovila que buscou recursos para instalação de uma agroindústria.

A agroindústria para processamento de cana de açúcar em melado e cachaça foi construída em 2006 e inaugurada em 2007, foi construída por recursos conseguidos

parte através da Associação Agrovila pelos oito sócios através do Pronaf, sendo que maior parte dos recursos foram conseguidos através da prefeitura. Deste modo a agroindústria fica pertencente parte a prefeitura e parte a associação. Porém beneficiava apenas o grupo da Associação Agrovila.



**Ilustração 3: Foto das instalações agroindústria da Associação Agrovila**

As dificuldades surgiram, mas o grupo não conseguiu vencê-las, deste modo a agroindústria ficou apenas dois anos em atividade.

Os agricultores encontraram muita dificuldade em cultivar a cana de açúcar, também por questões culturais, pois alguns produtores não tinham trabalhado com a terra, outra questão é de logística de mercado para comercialização dos produtos. Dificuldades que surgiram devido ao lucro da atividade ser demorado, então as famílias não tinham nenhum ganho para se manter até a safra da cana, o que levaram alguns produtores a vender seu lote de terra ainda no primeiro ano, isso acarretou em desentendimentos entre os produtores que não conseguiram mais trabalhar em grupo. Grupo A (L. P.)



**Ilustração 4: Fotos das instalações agroindústria.**

Portanto os agricultores não conseguem mais se unir para dar continuidade às atividades da agroindústria, sendo assim a prefeitura municipal de Ibirapuitã abre um edital de licitação para uso dos bens da agroindústria. Neste caso a prefeitura aluga a agroindústria visando incentivar a atividade, para que outros produtores possam produzir cana-de-açúcar e vender para a agroindústria, não mais apenas só os produtores da Associação Agrovila.

A associação teve apoio da Ascar-Emater, da Secretária da Agricultura e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município [...], mas faltou que o governo investisse mais nessa associação através de um auxílio financeiro, sendo que as famílias não tinham nenhuma remuneração mensal para garantir o sustento no período até chegar à safra e o produto estar pronto para comercialização, quanto à comercialização seria muito importante que a primeira safra fosse comprada pelo governo, pois assim teriam como pagarem seus financiamentos. Grupo A (L. P.)

É perceptível a falta de políticas públicas para a agricultura familiar do município, no entanto também é perceptível a falta de projetos que venham suprir as necessidades específicas e locais da agricultura familiar do município para acessar recursos federais, outro ponto é a carência de acompanhamento técnico qualificado para a agricultura familiar, pois na associação está bem claro que a falta de incentivos financeiros e também técnicos por meio de um planejamento e desenvolvimento de um projeto que atendesse as necessidades das famílias, garantindo a comercialização de seus produtos levaram a interrupção das atividades na agroindústria.

#### **4.3 POTENCIALIDADES E BENEFÍCIOS QUE O PNAE PODE TRAZER AO MUNICÍPIO DE IBIRAPUITÃ-RS.**

A merenda escolar tem um grande potencial de absorver a produção oriunda da agricultura familiar, que por sua parte tem uma grande vocação à produção de alimentos. Dessa forma, são muitas as vantagens para o município quando a Escola usa na merenda escolar alimentos produzidos localmente ao invés de comprar itens industrializados produzidos em outras localidades distantes. Isso pode transformar “os mercados institucionais em potenciais vetores de saúde pública e de desenvolvimento sustentável, passa-se a vê-los como possíveis novos nichos de comercialização de produtos da agricultura familiar local”. (TRICHES E SCHNEIDER, 2010)

Através deste mercado institucional, com a compra da alimentação escolar diretamente dos agricultores locais pode gerar um grande incentivo à produção da agricultura familiar e ao consumo de alimentos mais saudáveis no município de Ibirapuitã. Sendo que todos podem ter benefícios; os agricultores ampliam sua renda; os alunos recebem uma alimentação mais saborosa e saudável, os professores podem trabalhar em sala de aula a proteção do meio ambiente, os recursos gerados no processo de compra ficam no município, há um incentivo a permanência dos agricultores no campo, valorização da produção regional e resgate da cultura do meio rural.

O aumento da miséria, da violência e da insegurança no meio urbano fez com que também aumentasse o apoio da sociedade urbana às políticas de valorização do meio rural.

O município possui 98 famílias que precisam de ajuda de alimentos, ano passado tínhamos uma parceria com uma associação de um município vizinho que nos emprestava notas fiscais para comprarmos alimentos da agricultura familiar de nosso município para doar para estas famílias, porém este ano não foi renovada esta parceria [...], estamos trabalhando para reativar a associação Agrovila e incentivar os sócios a produzirem alimentos para o PNAE assim o excedente da produção da agricultura familiar pode ser adquirido pelo município através do PAA e ser destinado para essas famílias. Grupo A (L. P.)

Estas famílias que estão em nível de insegurança alimentar e nutricional, deste modo, com esse processo pode ser garantido o acesso a alimentos em quantidades e regularidade necessárias, por outro lado, também ajuda os produtores familiares proporcionando mercado para seus produtos, para que sejam comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo. Segundo Maluf (2008), baseado numa concepção inter-setorial do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em seu objetivo seria ampliar o acesso a alimentos de qualidade, promover uma alimentação adequada e saudável e a diversidade de hábitos alimentares e, ao mesmo tempo, valorizar a agricultura familiar.

Ao trabalhar com PNAE e o PAA o município consegue abrir mercados para os produtos oriundos da agricultura familiar, também uma forma de ampliar a renda das famílias, garantirem a segurança alimentar e nutricional das famílias abaixo do nível de pobreza e proporcionar uma maior quantidade de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Ibirapuitã está atendendo todos os alunos da rede pública do município, com o cumprimento da lei sendo feita a compra de no mínimo 30% da agricultura familiar, porém são poucas variedades de produtos, apenas alguns legumes, hortaliças e frutas, pois há somente um agricultor familiar está comercializando seus produtos para a merenda escolar.

A comercialização de produtos de origem animal, como o mel encontra a barreira do SIM, com a falta deste serviço muitos produtores familiares são excluídos de fazer a venda para o PNAE e demais mercados, mas para quebrar esta barreira o município já está com o projeto encaminhado para obter o Serviço de Inspeção Municipal.

Também estão bem evidentes as dificuldades a serem superadas pelos agricultores familiares do município, quanto às questões culturais, sendo uma das primeiras dificuldades é a organização para trabalhar em grupo, pois através de uma associação são abertos vários mercados, mas, no entanto, para a agroindústria voltar à atividade, dar continuidade e expansão das praticas deve haver uma integração social, cultural, econômica e ambiental das famílias envolvidas. Junto com essa integração social também deve vir incentivos financeiros e assistência técnica através de políticas.

Para que estas dificuldades sejam ultrapassadas há a necessidade de um estudo mais profundo da realidade local, assim podendo elaborar projetos que buscam novas estratégias de desenvolvimento local atendendo a todos esses pontos acima mencionados.

Ultrapassando todos esses aspectos negativos, a população em geral terá muitos benefícios com o desenvolvimento do PNAE no município, sendo que irá promover o acesso aos alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e a inclusão social e econômica no meio rural por meio do fortalecimento da agricultura familiar, também vai complementar a renda dessas famílias, ao mesmo tempo irá promover melhor qualidade de vida para as famílias. Nas escolas do município vai atender às necessidades nutricionais dos estudantes e à formação de hábitos alimentares saudáveis, durante sua permanência no ambiente escolar, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e para o rendimento escolar.

## 6 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSAD**, Maria Leonor Lopes; **ALMEIDA**, Jalcione. **Agricultura E Sustentabilidade Contexto, Desafios E Cenários**. Artigo publicado em *Ciência & Ambiente*, n.29. p15-30. 2004.
- ASTI VERA**, Armando, 1914-1972. **Metodologia da pesquisa científica**; tradução Maria Helena Guedes Crespo e Beatriz Marques Magalhães. Porto Alegre, Globo, 1974.
- B. S. M.** Representante Escola Estadual de Ibirapuitã. Entrevista semi-estruturada. Abril de 2011.
- BRACAGIOLI**, Alberto. **Metodologia ou a Busca do Caminho**. Disponível em: <HTTPS://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=47285>. Acesso em: 16 de setembro de 2009.
- Comentário Geral número 12**, o Direito Humano a Alimentação (art.11). Disponível em: [http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/11864/COMENTARIO\\_GERAL\\_12.pdf](http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/11864/COMENTARIO_GERAL_12.pdf). Acesso em março 2011.
- CONTI**, Ilírio Luiz. **Direito Humano a Alimentação Adequada in: Segurança Alimentar e Nutricional**: noções básicas Passo Fundo: IFIBE, 2009. E-book. (pgs 21 a 26). Disponível em: [http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/11864/Conti\\_I.\\_2009\\_Seguranca\\_Alimentar\\_e-book\\_1\\_.pdf](http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/11864/Conti_I._2009_Seguranca_Alimentar_e-book_1_.pdf). Acesso em janeiro, 2011.
- CONTI**, Irio Luiz. **Segurança Alimentar Nutricional: noções básicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2009. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?id=124628> Acesso em março 2011.
- DAL SOGLIO**, Fabio. **Manejo ecológico de pragas: de volta ao futuro**. *Agriculturas*, v. 5, n. 1, abril de 2008.
- E. D.** Representante Escolas Municipais de Ibirapuitã. Entrevista semi-estruturada. Abril de 2011.
- FEE**. **Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>. Acesso em março 2011.
- FRÖHLICH**, E. R.; **TONEZER**, C.; **KLUSENER**, J.; **FERNANDEZ**, S. M. **Seminário Integrador I**. O papel dos conceitos na introdução ao conhecimento científico: propostas para elaboração do Glossário do Seminário Integrador. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.
- GERHARDT**, Tatiana E. **SILVEIRA**, Denise T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.
- I. M.** Representante Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ibirapuitã. Entrevista semi-estruturada. Maio de 2011.
- IBGE**, Cidades. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em março 2011.
- J. P. B. C.** Agricultor Familiar Participante do PNAE. Entrevista semi-estruturada e visita a propriedade. Maio de 2011.
- J. V. M.** Produtor Familiar de Apicultura. Entrevista semi-estruturada. Maio de 2011.
- L.P.** Secretário da Agricultura e meio Ambiente de Ibirapuitã. Entrevista semi-estruturada. Maio de 2011.
- LEI N° 11.326**, de vinte quatro de julho de 2006.
- LEI N° 11.947**, DE 16 DE JUNHO DE 2009.
- LOPES**, Edisson. Representante Esc. Municipal da Emater-ASCAR/RS - Ibirapuitã. Conversa informal. Abril de 2011.



**LOSAN** – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006).

**MAIA**, Cláudio Machado. **Agricultura e Sustentabilidade: Percepções Que Permeiam O Conceito De Agricultura Familiar E A Cronologia Da Luta Pela Sustentabilidade: Panorama Nacional E Internacional.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

**MALUF**, Renato S. e **MENEZES**, Francisco **Caderno segurança Alimentar.** Disponível em: [http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/11864/Maluf\\_Menezes\\_2000\\_por\\_1\\_.pdf](http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/11864/Maluf_Menezes_2000_por_1_.pdf) Acesso em março 2011.

**MALUF**, Renato S. **Elevação nos preços dos alimentos e o Sistema Alimentar Global.** Artigos Mensais OPPA - nº18 - abril 2008.

**MALUF**, Renato S. **Segurança Alimentar e Fome no Brasil- 10 Anos da Cúpula Mundial de Alimentação.** Disponível em: [http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/11864/Maluf\\_2006\\_Seguranca\\_alimentar\\_e\\_fome\\_no\\_brasil\\_10\\_anos\\_1\\_.pdf](http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/11864/Maluf_2006_Seguranca_alimentar_e_fome_no_brasil_10_anos_1_.pdf). Acesso em março 2011.

**MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em março de 2011.

**MENEGETTI**, Gilmar A. (s/d). **Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar.** Disponível em: [http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/941/DESENVOLVIMENTO\\_SUSTENTABILIDADE\\_E\\_AGRICULTURA\\_FAMILIAR.htm](http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/941/DESENVOLVIMENTO_SUSTENTABILIDADE_E_AGRICULTURA_FAMILIAR.htm). Acesso em abril de 2011.

**MERENDA ESCOLAR Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br> Acesso em janeiro de 2011.

**Prefeitura Municipal de Ibirapuitã.** Cidade. Disponível em: <http://www.ibirapuita.rs.gov.br/site/index.php?pg=cidade> Acesso em abril de 2011.

**PRIMAVESI**, Ana M. **Agroecologia e Manejo do Solo.** *Agriculturas*, v. 5, n. 3, setembro de 2008.

**REBRAE**, Equipe. **A LEI 11.947/2009 E AS NOVAS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.** Disponível em: [http://www.rebrae.com.br/artigo/alim\\_rebrae.pdf](http://www.rebrae.com.br/artigo/alim_rebrae.pdf). Acesso em abril de 2011.

**RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 38, DE 16 DE JULHO DE 2009.**

**SABOURIN**, Eric; **TEIXEIRA**, Olívio. **Desenvolvimento rural territorial e capital social.** In: **SABOURIN, E; TEIXEIRA, o. (ORGS).** Planejamento do desenvolvimento dos territórios rurais-conceitos, controvérsias e experiências - UFPB/CIRAD/EMBRAPA pp.113-128-Brasília, 2002.

**SALES**, Márcia Neves Guelber. **Pequenas Criações Nos Sistemas Produtivos Familiares: a diversidade na unidade.** *Agriculturas*, v. 2, n. 4, dezembro de 2005.

**SANTOS**, Alvorí Cristo dos. **As contradições da economia de mercado: um olhar sobre a renda da agricultura agroecológica.** *Agriculturas*, v. 2, n. 3, outubro de 2005.

**SANTOS**, Francis dos. **Agricultura e Sustentabilidade: Perspectiva para soberania alimentar Brasileira.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

**TRICHES**, Rosane Márcia. **SCHNEIDER**, Sergio. **Alimentação Escolar E Agricultura Familiar: reconectando o consumo a produção.** *Saúde Soc.* São Paulo, v.19, n.4, p.933-945, 2010.

**TRICHES**, Rosane Márcia. **SCHNEIDER**, Sergio. **Reconstituindo “Elo Perdido”: A Reconexão Da Produção E Do Consumo De Alimentos Através Do Programa De Alimentação Escolar No Município De Dois Irmãos (RS).** *Segurança Alimentar E Nutricional*, Campinas, 17(1): 1-15, 2010.

**VALENTE**, Flavio Luiz Schieck; **Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/08.pdf>. Acesso em março 2011.

**APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas semi-estruturadas á entidade/lideranças locais.**

1. Quantas escolas há no município de Ibirapuitã?
2. Quantas estaduais e municipais?
3. Quantos alunos são atendidos pelo PNAE no município?
4. Em que período o município começou a atender a Lei nº 11.947?
5. Conforme o art. 14 os recursos repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE no mínimo 30% do valor deve ser utilizados na aquisição de alimentos da agricultura familiar, o município está atingindo os 30%?
6. Quantos agricultores familiares estão inseridos no PNAE fornecendo alimentos para a merenda escolar do município de Ibirapuitã?
7. De que forma está ocorrendo o andamento do programa dentro do município de Ibirapuitã?
8. Quanto à inserção de novos agricultores familiares no PNAE, o que o município está fazendo para aumentar esse número?
9. Quais as dificuldades e barreiras que as entidades/lideranças locais estão encontrando para aumentar o quadro de agricultores familiares participantes do PNAE?
10. Quais os benefícios que o aumento da proporção de alimentos para a merenda escolar oriundo da agricultura familiar pode trazer para o município?

**APÊNDICE B - Roteiro da entrevista semi-estruturada para agricultor familiar participante do PNAE.**

1. Quanto tempo está na atividade de hortifrutigranjeiros e como foi o começo?
2. Quais os alimentos que são produzidos na propriedade?
3. De que forma acontece a comercialização?
4. Quando começou entregar seus produtos para o PNAE?
5. Quais as dificuldades e barreiras encontradas para fazer essa venda ao município?
6. Teve ou continua tendo auxílio de políticas públicas e assistência técnica para a atividade do município?
7. Quais os benefícios que o programa está proporcionando para a família?

**APÊNDICE C - Roteiro de entrevistas semi-estruturadas para agricultores familiares não-participante do PNAE.**

1. Quais os alimentos que são produzidos na propriedade?
2. De que forma fazem a comercialização?
3. Qual o conhecimento que possuem quanto ao PNAE?
4. Quais as dificuldades e barreiras são encontradas para realizar a venda para o PNAE?
5. O município está auxiliando para que as dificuldades e barreiras sejam solucionadas?
6. Quais os benefícios que o programa pode proporcionar para a família?